



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Processo n.º: 34.567/17-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Assunto: Edital de concurso público

Ementa: Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Médico, nas especialidades Medicina Intensiva/Adulto, Neonatologia, Pediatria e Anestesiologia, da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, regulado pelo Edital n.º 01/17-SES/DF, publicado no DODF de 18.10.17. Período de inscrição: 14.11.17 a 10.12.17. **Nesta fase:** exame inicial do edital. Unidade Técnica sugere o conhecimento do edital regulador do certame e a realização de diligência para retificação de itens do edital. Ministério Público junto ao TCDF aquiesce, salvo no tocante à parte da diligência que propõe excluir a possibilidade de isenção da taxa de inscrição às pessoas com deficiência, para a qual entende ser possível a manutenção do texto do edital. Voto em harmonia com o Ministério Público, com ajuste, acolhendo parcialmente as sugestões e conclusões da unidade instrutiva. Conhecimento do Edital n.º 01/17-SES/DF. Diligência. No ponto atinente à divergência, necessidade, em realidade, de retificar o edital para excluir, na parte referente à isenção da taxa de inscrição às pessoas com deficiência, a menção à Lei n.º 3.962/07, revogada pela Lei n.º 4.949/12, passando a fundamentar a referida isenção na previsão constante do art. 27, § 1º, da Lei n.º 4.949/12.

Fundamento para não inclusão em pauta: art. 116, § 5º, inciso V, do RI/TCDF.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame do Edital n.º 01/17-SES/DF, publicado no DODF de 18.10.17, que torna pública a abertura de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Médico, nas especialidades Medicina Intensiva/Adulto, Neonatologia, Pediatria e Anestesiologia, da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal (peças 2/4).

Na análise de sua alçada, efetivada nos termos da informação de peça 5, a Unidade Técnica se manifesta do seguinte modo:

“2. Mediante rotinas de acompanhamento de publicações, juntamos eletronicamente aos presentes autos a Portaria n.º 118/2017, publicada no DODF de 31.03.2017 (Peça 1), que menciona a autorização para a realização do certame pelo Comitê de Políticas de Pessoal – CPP/Governança/DF, e próprio edital em exame (Peças 2/4). Além disso, verificamos que foram publicados avisos do concurso em jornais diários e locais.

3. As normas legais e regulamentares disciplinadoras do concurso, que será executado pelo Instituto AOCP (subitem 1.1), foram indicadas no preâmbulo do supracitado edital.

4. Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico instituído pela Lei Complementar nº 840/2011 (subitem 1.2.1).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

5. Nos termos do subitem 17.11, o edital em exame poderá ser impugnado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva publicação.

6. Foram ofertadas 337 (trezentas e trinta e sete) vagas, as quais se encontram discriminadas, por especialidade, na Tabela constante do subitem 2.1, transcrita de forma resumida a seguir:

Cargo: Médico (Carga horária: 20h semanais; Remuneração: R\$ 6.327,00)				
Código do Cargo	Especialidade	Vagas Ampla Concorrência	Vagas PcD ¹	Taxa de Inscrição
401	Medicina Intensiva/Adulto	72	18	R\$ 245,00
402	Neonatologia	72	18	R\$ 245,00
403	Pediatria	72	18	R\$ 245,00
404	Anestesiologia	54	13	R\$ 245,00

7. Segundo o subitem 1.4, a convocação dos aprovados será feita de acordo com a necessidade e a conveniência da SES/DF. Todavia, conforme disposto no art. 10, II, in fine, da Lei n.º 4.949/2012, é necessário que seja divulgado um cronograma para as nomeações. Assim, propomos à Corte que determine à jurisdicionada que adote as providências cabíveis, esclarecendo que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário.

8. O regime de trabalho e a remuneração do cargo constam do subitem 2.1. Os requisitos específicos e a descrição sumária das atribuições do cargo estão relacionados no Anexo I (Peça 2) e os conteúdos programáticos da prova objetiva encontram-se no Anexo II (Peça 3) do edital em exame. Já os requisitos básicos para a posse estão previstos no item 3.

9. As condições para isenção da taxa de inscrição estão definidas no item 4 e ocorrerá nas formas total e parcial, nos termos a seguir:

“4.1.1 Isenção Total:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - **CadÚnico**, até a data da inscrição no Concurso Público, nos termos do Decreto Federal nº 6.135 de 26 de junho de 2007; **ou**

b) for **Doador de Sangue**, nos termos da Lei nº 4.949/2012); **ou**

c) for **Eleitor convocado e nomeado** para servir à Justiça eleitoral do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 5.818, de 6 de abril de 2017²; **ou**

d) for **Portador de deficiência**, nos termos da Lei nº 3.962, de 27 de fevereiro de 2007.

4.1.2 Isenção Parcial de 50% (cinquenta por cento): para o candidato que for cadastrado no banco de dados como possível **doador de medula óssea**, nos termos da Lei nº 5.968, de 16 de agosto de 2017³.

10. Da leitura do referido subitem 4.1.1, pode-se verificar, no que tange à Lei n.º 4.949/2012, que o edital em apreço não trouxe a hipótese de isenção do pagamento da taxa de inscrição relativa ao candidato que comprove ser **beneficiário de programa social de complementação ou suplementação de renda instituído pelo GDF**, contida no artigo 27, II, da referida norma. Assim, o

¹ PcD – Pessoa com Deficiência

² Lei nº 5.818/2017 - Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal para os eleitores que tenham prestado serviço eleitoral.

³ Lei nº 5.968/2017 - Dispõe sobre a redução no valor da taxa de inscrição em concursos públicos realizados no Distrito Federal para cadastrados no banco de dados como possíveis doadores de medula óssea.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

edital deve ser retificado para incluir tal possibilidade.

11. *Ainda quanto ao referido subitem, cumpre informar que a Lei nº 3.962/2007 foi revogada pela Lei nº 4.949/2012, razão pela qual propomos a exclusão da alínea “d” do subitem em comento, bem como do subitem 4.6, que traz o procedimento para requerer a respectiva hipótese de isenção.*

12. *O procedimento para interpor recurso em caso de indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição encontra-se previsto no subitem 4.18.*

13. *As inscrições poderão ser efetuadas via internet ou no Posto de Inscrição Presencial disponibilizado àqueles sem acesso à internet (subitem 5.2). A taxa de inscrição (R\$ 245,00) constante da Tabela 2.1, corresponde a percentual que, em relação ao valor das remunerações, é inferior ao máximo permitido (5%) pelo art. 22 da Lei Distrital nº 4.949/2012. O período de inscrição será do dia 14.11 ao dia 10.12.2017 (subitem 5.3.1).*

14. *Ressalte-se que o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo por anulação plena do respectivo concurso (subitem 5.11). A possibilidade de interpor recurso, em caso de indeferimento da inscrição, encontra-se descrita no subitem 5.12.*

15. *O edital em exame reservou 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso às pessoas com deficiência, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência, nos termos do artigo 8º, § 5, da Lei nº 4.949/2012 (subitem 6.1).*

16. *Convém ressaltar que o subitem 6.7.1 prevê a possibilidade de interposição de recurso contra o indeferimento da inscrição como pessoa com deficiência. Vale ressaltar que subitem 6.16 traz a possibilidade de recurso contra o resultado da perícia médica do candidato inscrito como pessoa com deficiência.*

17. *Há ainda a previsão da solicitação de condição especial para a realização da prova objetiva e da candidata lactante, conforme o item 7. Há possibilidade de interpor recurso, em caso do pedido ser indeferido (subitem 7.8).*

18. *O concurso público será composto de uma única fase, por meio de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, com 50 (cinquenta) questões nas áreas de conhecimentos descritas na Tabela 9.1, das quais metade delas terá peso 1 (Conhecimentos Gerais) e a outra metade (Conhecimentos Específicos) terá peso 2.*

19. *Serão considerados aprovados na prova objetiva, nos termos do subitem 9.4, os candidatos que obtiverem, no mínimo:*

- 10 (dez) pontos para os cadernos de Conhecimentos Gerais e;*
- 20 (vinte) pontos para os Cadernos Específicos.*

20. *As condições para realização da prova objetiva constam do item 10 e a data provável de realização é 21.01.2018 (subitem 10.2), respeitando a regra do inciso I, do artigo 11, da Lei nº 4.949/2012.*

21. *As informações acerca da divulgação do gabarito preliminar encontram-se previstas no item 11. Já os procedimentos referentes à divulgação do resultado final e à classificação no concurso constam do item 12. Será considerado aprovado no concurso o candidato que obter a pontuação mínima nas provas objetivas (subitem 12.1). A nota final dos candidatos habilitados será igual à nota obtida na prova objetiva (subitem 12.2.2) e os critérios de desempate*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

constam do subitem 12.3. Convém ressaltar que o referido dispositivo está de acordo com o Estatuto do Idoso.

22. *O resultado final do certame será composto de duas listagens, conforme subitem 12.4, a saber:*

- a) Lista Geral, contendo todos os candidatos habilitados, inclusive os PcD, em ordem de classificação;*
- b) Lista de Pessoas com Deficiência – PcD, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados como PcD, em ordem de classificação.*

23. *Ressalte-se que o candidato que não atingir a pontuação mínima será excluído do concurso em discussão e não constará da lista de classificação final (subitem 12.5).*

24. *Os recursos estão disciplinados no item 14. Em obediência ao art. 55, § 1º, da Lei n.º 4949/2012, é possível a interposição de recurso contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a ocorrência do respectivo evento, a teor do subitem 14.2.*

25. *O edital traz um item relativo à posse do candidato (subitem 16.3), consignando que o não comparecimento no prazo legal para a posse caracterizará desistência por parte do candidato do concurso público. Por certo que aquele que não toma posse terá sua nomeação tornada sem efeito (§5º do art. 17 da Lei Complementar nº 840/2011).*

26. *Todavia, seria de bom alvitre dar conhecimento aos candidatos sobre a possibilidade de requerimento do posicionamento para o final da lista de classificação, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação do ato de nomeação (§ 2º do art. 13 da Lei Complementar nº 840/2011). Assim, sugerimos a inclusão de tal dispositivo no edital normativo.*

27. *O subitem 1.2 dispõe que o prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame. Contudo, tal subitem deve ser retificado, tendo em conta que a contagem do referido prazo deve se dar a partir da **publicação** da homologação do edital de resultado final do certame, e não da homologação.*

28. *Esses foram os pontos do edital que entendemos ser merecedores de destaque, sem embargo de que, a nosso ver, os demais dispositivos dele constantes também guardam conformidade com as normas que regem a matéria.”*

Sugere, assim, ao egrégio Plenário o conhecimento do edital regulador do certame e a realização de diligência para retificação de itens do edital.

O Ministério Público junto ao TCDF, mediante o Parecer n.º 102/17-GP1P (peça 9), da lavra do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, emitiu opinativo parcialmente convergente com a unidade instrutiva. Do referido parecer, destaco o seguinte excerto, que assinala a divergência do órgão ministerial:

*“12. Lado outro, em pequena divergência do quanto recorrido pela zelosa Unidade Técnica, entendo que não se faz necessária a exclusão da alínea **d**, do subitem 4.1.1, a qual concede isenção da taxa de inscrição para a pessoa com deficiência, pois, muito embora a Lei nº 3.962/2007 tenha sido revogada, a Lei 4.949/2012, em vigor, prevê, no art. 27, § 1º, que o edital normativo do concurso pode estabelecer outras hipóteses de isenção.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

13. *Tal tratamento diferenciado em favor de pessoas com deficiência tem por finalidade compensar as dificuldades que afetam os indivíduos que compõem esse grupo vulnerável, sendo, portanto, verdadeira, ação de conteúdo afirmativo, com o desiderato de propiciar-lhes maior inclusão social e permitir a sua concreta participação no serviço público. Por essa razão, este Órgão Ministerial entende que a isenção deve ser mantida, mantendo-se, conseqüentemente, inalterado o subitem 4.6.”*

É o relatório.

VOTO

O presente feito foi autuado para o exame do Edital n.º 01/17-SES/DF, publicado no DODF de 18.10.17, que torna pública a abertura de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Médico, nas especialidades Medicina Intensiva/Adulto, Neonatologia, Pediatria e Anestesiologia, da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal (peças 2/4).

Após a análise do edital, efetivada nos termos da informação de peça 5, a unidade instrutiva concluiu ser necessária a realização de diligência para adoção das seguintes providências por parte da Secretaria de Saúde:

- 1) retificar o subitem 1.2 para deixar claro aos candidatos que a contagem do prazo de validade do certame será iniciada a partir da data de publicação da homologação do resultado final do certame, e não da homologação;
- 2) incluir o cronograma de nomeações exigido pelo art. 10, II, *in fine*, da Lei n.º 4.949/12, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado será passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário;
- 3) incluir a hipótese de isenção do pagamento da taxa de inscrição relativa ao candidato que comprove ser beneficiário de programa social de complementação ou suplementação de renda instituído pelo Governo do Distrito Federal, nos termos do art. 27, II, da Lei n.º 4.949/12;
- 4) excluir a alínea “d” do subitem 4.1.1, bem como o subitem 4.6, tendo em vista que a Lei n.º 3.962/07 foi revogada pela Lei n.º 4.949/12, a qual não traz mais a respectiva hipótese de isenção;**
- 5) incluir subitem com o fim de dar conhecimento aos candidatos aprovados sobre a possibilidade de requerimento do posicionamento para o final da lista de classificação, no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de nomeação (§ 2º do art. 13 da LC n.º 840/11).

O Ministério Público junto ao TCDF, mediante o Parecer n.º 102/17-GP1P (peça 9), da lavra do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, emitiu opinativo parcialmente convergente com a unidade instrutiva, por entender que pode ser mantido o texto original que prevê a possibilidade de isenção da taxa de inscrição às pessoas com deficiência.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Uma vez que a divergência posta nos autos se refere exclusivamente à manutenção ou não da possibilidade de isenção da taxa de inscrição às pessoas com deficiência, atendo-me a este ponto.

De antemão, corroborando as ponderações lançadas pelo ilustre *Parquet*, avalio que pode ser mantida tal isenção, pois, conquanto a Lei n.º 3.962/07, utilizada pela SES/DF como fundamento para a isenção, tenha sido revogada, a Lei n.º 4.949/12, em vigor, prevê no seu art. 27, § 1º, que o edital normativo do concurso pode estabelecer outras hipóteses de isenção, para além daquelas constantes dos incisos I e II do *caput* desse artigo (doador de sangue e beneficiário de programa social, respectivamente), o que legitimaria, portanto, a previsão encartada no edital.

Disso advém, porém, uma constatação: na medida em que a alínea “d” do subitem 4.1.1 do Edital n.º 01/17-SES/DF concede a isenção não com fundamento na Lei n.º 4.949/12, dentro da esfera de autorização prevista no seu art. 27, § 1º, mas sim com espeque na lei revogada (Lei n.º 3.962/07), quando dispõe que fará jus à isenção total o candidato que “*for **Portador de deficiência**, nos termos da Lei nº 3.962, de 27 de fevereiro de 2007*” (destaques do original), na verdade, torna-se necessária a retificação do subitem para excluir a menção à Lei n.º 3.962/07, fundamentando a indigitada isenção naquele dispositivo da Lei n.º 4.949/12.

Ante o exposto, em harmonia com o Ministério Público junto ao TCDF, com os ajustes que faço, e acolhendo parcialmente as sugestões e conclusões da unidade instrutiva, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

a) da Portaria n.º 118/17-Seplag/DF, publicada no DODF de 31.03.17 (peça 1);

b) do Edital n.º 01/17-SES/DF (peças 2/4), publicado no DODF de 18.08.17, que torna pública a abertura de concurso público para provimento de vagas no cargo de médico da Carreira Médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

II – determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, relativamente ao Edital n.º 01/17-SES/DF, publicado no DODF de 18.10.17:

a) retifique o subitem 1.2 para deixar claro aos candidatos que a contagem do prazo de validade do certame será iniciada a partir da data de publicação da homologação do resultado final do certame, e não da homologação;

b) inclua o cronograma de nomeações exigido pelo art. 10, II, *in fine*, da Lei n.º 4.949/12, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado será passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas e financeiras da Administração, se assim for necessário;

c) inclua a hipótese de isenção do pagamento da taxa de inscrição relativa ao candidato que comprove ser beneficiário de programa social de complementação ou suplementação de renda instituído pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Governo do Distrito Federal, nos termos do art. 27, II, da Lei n.º 4.949/12;

d) retifique a alínea “d” do subitem 4.1.1, para excluir a menção à Lei n.º 3.962/07, revogada pela Lei n.º 4.949/12, passando a fundamentar a referida isenção na previsão constante do art. 27, § 1º, da Lei n.º 4.949/12;

e) inclua subitem com o fim de dar conhecimento aos candidatos aprovados sobre a possibilidade de requerimento do posicionamento para o final da lista de classificação, no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de nomeação (§ 2º do art. 13 da LC n.º 840/11);

III – autorize:

a) o encaminhamento de cópia do Relatório/Voto do Relator à SES/DF, para subsidiar o atendimento da diligência;

b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para acompanhamento do presente certame.

Brasília, em de de 2017.

MANOEL DE ANDRADE
Relator